

RELATÓRIO AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE 2017

**ELABORADO POR: COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
E DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE 2017

Na Seção IV da Lei 101, de 04 de maio de 2000, que trata da execução orçamentária e do cumprimento das metas, é regulamentado no § 4º do art. 9º que “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais”.

Tendo em vista ser a fiscalização do atingimento das metas fiscais uma das atividades da Coordenadoria de Controle Interno disposta no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ser a organização e a participação da audiência pública para avaliação das metas fiscais junto à Secretaria da Fazenda atividade de apoio realizada pela Coordenadoria de Controle Interno conforme dispõe o seu regimento Interno (Decreto 3.839/2006), segue-se demonstração e avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2017.

1 METAS FISCAIS

As Metas Fiscais referidas são aquelas fixadas no anexo de metas fiscais, o qual faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo compatibilizado na Lei Orçamentária Anual, a saber: metas anuais de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública. Na sequência apresenta-se uma análise das metas fiscais.

1.1 RECEITAS

A arrecadação da receita total ficou inferior à previsão geral para o ano em um percentual de 2,75% a menor do que o projetado, sendo que o comportamento da receita nos últimos exercícios foi de 103,27% no exercício de 2015, foi de 100,10% no exercício de 2016, e foi de 97,25% no exercício de 2017 em relação ao valor projetado.

ANEXO A - METAS FISCAIS - ANO 2017

Descrição	Metas Fixadas - LDO*	Situação em 31/12/2017	Varição	Percentual Arrecadado
Receita Arrecadada	236.161.000,00	229.673.714,97	-6.487.285,03	97,25%
Receita Prefeitura	187.729.000,00	182.799.709,18	-4.929.290,82	97,37%
Receita FPSM		46.874.005,79	-1.557.994,21	96,78%
Reversão de provisão - FPSM (conta 11490 conta ajustes para perdas de investimentos - saldo exercício anterior menos saldo atual)		343.158,18	343.158,18	
Receita FPSM mais rendimentos contabilizados como reversão de provisão	48.432.000,00	47.217.163,97	-1.214.836,03	97,49%
Receita FPSM sem rendimentos financeiros	27.525.000,00	27.899.632,15	374.632,15	101,36%

Quadro 01 – Resumo Arrecadação

Fonte: Balancete Orçamentário da Receita

1.1.1 RECEITAS PREFEITURA

A arrecadação da Prefeitura atingiu 97,37% do valor previsto, o que significou uma arrecadação a menor de R\$ 4,9 milhões, apresentando assim um resultado semelhante ao do ano anterior, quando foi 96,89% de arrecadação em relação ao valor projetado. Destaca-se que o resultado alcançado superou as reprojeções realizadas durante o exercício, principalmente, em função do repasse de emendas parlamentares para custeio dos serviços da saúde, do repasse do Fundo Nacional de Educação para custeio de novas turmas e da antecipação do ICMS realizada pelo governo do Estado. Também podemos destacar o comportamento positivo das receitas tributárias próprias nas quais superamos a arrecadação, com destaque para a cobrança de dívida ativa.

O quadro a seguir evidencia a composição da arrecadação e o comportamento das receitas arrecadadas ante a projeção realizada quando da elaboração da proposta orçamentária.

RESUMO RECEITAS 3º QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO METAS FISCAIS					
RECEITAS PREFEITURA	Projeção 2017	Arrecadado Acumulado	Arrecadado - Previsto	% arrecadado	% s/ total
Receita Corrente	165.234.414,00	171.357.585,66	6.123.171,66	103,71%	93,74%
Receita Tributária	28.445.000,00	31.294.985,15	2.849.985,15	110,02%	17,12%
Impostos	24.241.000,00	27.413.796,39	3.172.796,39	113,09%	15,00%
IPTU	10.399.000,00	11.176.752,72	777.752,72	107,48%	6,11%
IRRF	4.437.000,00	5.458.287,93	1.021.287,93	123,02%	2,99%
ITBI	2.170.000,00	2.967.097,38	797.097,38	136,73%	1,62%
ISS	7.235.000,00	7.811.658,36	576.658,36	107,97%	4,27%
Taxas	3.759.000,00	3.878.941,06	119.941,06	103,19%	2,12%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	284.500,00	344.269,08	59.769,08	121,01%	0,19%
Taxa de Licença Ambiental	87.890,00	64.079,91	-23.810,09	72,91%	0,04%
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA	50.070,00	71.778,55	21.708,55	143,36%	0,04%
Taxa Licença Func. de Estabelec. Com. Ind. e Prest. Serviços	665.760,00	628.280,93	-37.479,07	94,37%	0,34%
Taxa de Apreensão e Depósito	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%
Taxa de Licença para Execução de Obras	153.220,00	157.490,89	4.270,89	102,79%	0,09%
Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	0,00	1.855,35	1.855,35		0,00%
Taxas de Serviços Cadastrais	76.640,00	36.062,95	-40.577,05	47,05%	0,02%
Taxa de Limpeza Pública	2.360.000,00	2.504.064,52	144.064,52	106,10%	1,37%
Taxa de Emissões de Certidões	80.820,00	71.058,88	-9.761,12	87,92%	0,04%
Contribuição de Melhoria	445.000,00	2.247,70	-442.752,30	0,51%	0,00%
Receita de Contribuições (iluminação pública)	3.200.000,00	3.240.639,85	40.639,85	101,27%	1,77%
Receita Patrimonial	3.343.000,00	3.948.356,77	605.356,77	118,11%	2,16%
Receita de Serviços	118.000,00	105.419,71	-12.580,29	89,34%	0,06%
Transferências Correntes	126.706.000,00	127.625.748,03	919.748,03	100,73%	69,82%
Transferências da União	49.924.779,00	51.301.051,62	1.376.272,62	102,76%	28,06%
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - Cota Mensal	22.920.000,00	22.140.781,04	-779.218,96	96,60%	12,11%
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - 1% Dezembro	1.283.000,00	1.230.359,28	-52.640,72	95,90%	0,67%
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - 1% Julho	1.110.000,00	1.269.403,65	159.403,65	114,36%	0,69%
Imposto Territorial Rural (ITR)	43.200,00	51.819,10	8.619,10	119,95%	0,03%
Transferência Comp.Fin. Exploração Recursos Naturais	260.000,00	323.176,17	63.176,17	124,30%	0,18%
Transferências recursos SUS - fundo a fundo	19.832.519,00	21.171.639,49	1.339.120,49	106,75%	11,58%
Transferências recursos FNAS	1.126.546,00	811.760,24	-314.785,76	72,06%	0,44%
Transferência de recursos FNDE	2.924.314,00	3.830.762,62	906.448,62	131,00%	2,10%
Transferência financeira Lei Kandir	216.800,00	216.042,12	-757,88	99,65%	0,12%
Auxílio financeiro esforço exportador	208.400,00	255.307,91	46.907,91	122,51%	0,14%
Transferências do Estado	50.652.221,00	48.553.815,52	-2.098.405,48	95,86%	26,56%
Cota parte ICMS	35.080.000,00	34.869.525,44	-210.474,56	99,40%	19,08%
Cota parte IPVA	5.336.000,00	4.954.692,04	-381.307,96	92,85%	2,71%
Cota parte IPI - Exportação	596.000,00	537.912,18	-58.087,82	90,25%	0,29%
Cota parte CIDE	107.915,00	126.279,23	18.364,23	117,02%	0,07%
Transferências programas de saúde - fundo a fundo	9.403.206,00	7.857.824,12	-1.545.381,88	83,57%	4,30%
Cota parte multas de trânsito	105.000,00	171.582,51	66.582,51	163,41%	0,09%
Recurso Programa de Integração Tributária - PIT	24.000,00	30.000,00	6.000,00	125,00%	0,02%
Orientação Apoio Sócio-Familiar	100,00	6.000,00	5.900,00	6000,00%	0,00%
Transferências dos Municípios	787.800,00	817.054,58	29.254,58	103,71%	0,45%
Transferências Multigovernamentais (Fundeb)	22.766.000,00	23.250.079,34	484.079,34	102,13%	12,72%
Transferências de Instituições Privadas	110.000,00	350.463,20	240.463,20	318,60%	0,19%
Transferências de Pessoas	5.000,00	3.300,00	-1.700,00	66,00%	0,00%
Transferências de Convênios	2.460.200,00	3.349.983,77	889.783,77	136,17%	1,83%
Outras receitas correntes	3.422.414,00	5.142.436,15	1.720.022,15	150,26%	2,81%
Multas e juros de mora	678.244,00	961.749,21	283.505,21	141,80%	0,53%
Indenizações e restituições	250.497,00	459.851,30	209.354,30	183,58%	0,25%
Receita de dívida ativa	2.482.597,00	3.698.621,46	1.216.024,46	148,98%	2,02%
Receitas diversas	11.076,00	22.214,18	11.138,18	200,56%	0,01%
Receita Capital	22.494.586,00	11.442.123,52	-11.052.462,48	50,87%	6,26%
Operações de crédito	11.326.325,00	8.419.989,19	-2.906.335,81	74,34%	4,61%
Alienação de bens	3.100.000,00	637.833,87	-2.462.166,13	20,58%	0,35%
Amortização de empréstimos	30.825,00	10.644,87	-20.180,13	34,53%	0,01%
Transferências de Capital	8.037.436,00	2.210.385,39	-5.827.050,61	27,50%	1,21%
Outras Receitas de Capital - Própria	0,00	73.400,01	73.400,01		0,04%
Outras Receitas de Capital - Outros Recursos	0,00	89.870,19	89.870,19		0,05%
TOTAL RECEITA PREFEITURA	187.729.000,00	182.799.709,18	-4.929.290,82	97,37%	100,00%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA	41.659.239,00	44.453.716,38	2.794.477,38	106,71%	24,32%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA CORRENTE	38.528.414,00	43.731.837,63	5.203.423,63	113,51%	23,92%

Quadro 02 – Resumo Arrecadação Prefeitura
Fonte: Balancete Orçamentário Receita

As receitas correntes (destinadas prioritariamente à manutenção) arrecadaram 103,71% do valor previsto evidenciando-se uma arrecadação a maior em relação à projeção orçamentária de R\$ 6,1 milhões, reflexo da excelente arrecadação das receitas tributárias próprias com destaque especial para a receita de dívida ativa que superou a prevista em 1,2 milhões, ressaltando os trabalhos realizados pela Secretaria da Fazenda no que refere-se a políticas de cobrança e fiscalização tais como otimização do processo de licenciamento das empresas, notificações a contribuintes, envio de dívidas para protestos e cobrança judicial, campanha de incentivo ao bom pagador.

O desempenho da receita corrente também foi fortalecida com o repasse do Fundo Nacional de Saúde de emendas parlamentares no montante de mais de 1,1 milhão, e do repasse do Fundo Nacional de Educação no montante de mais de 1,1 milhão referente a abertura de novas turmas.

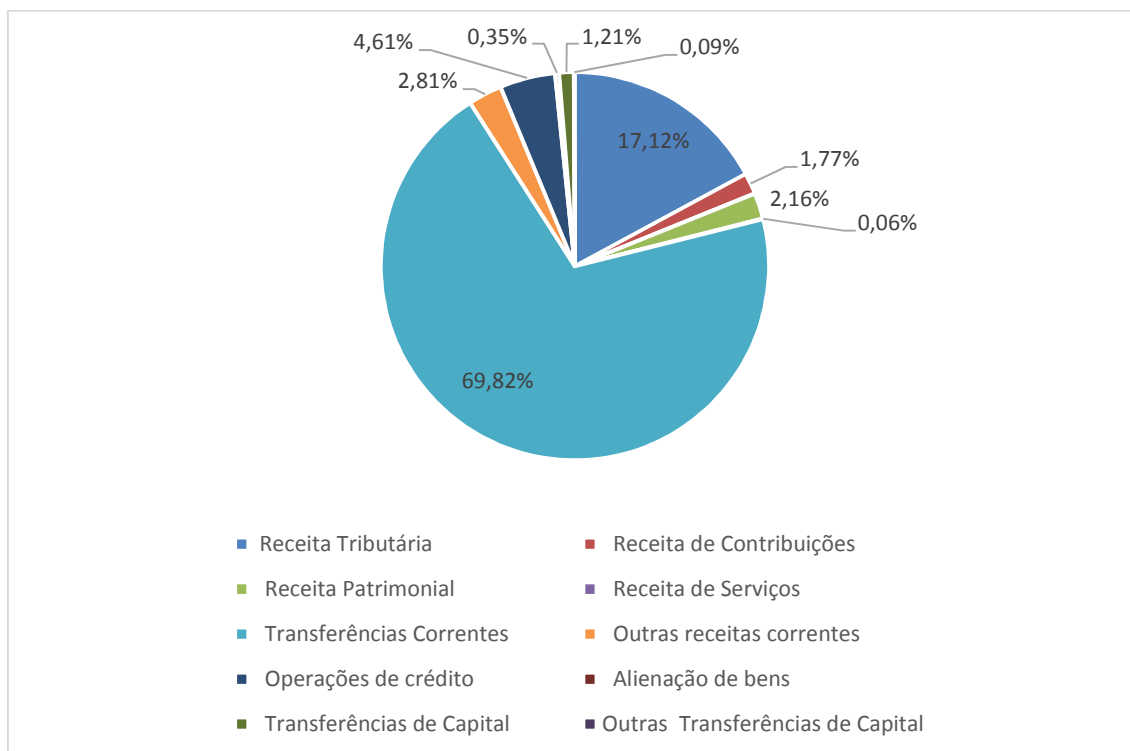
Na arrecadação da receita corrente destacamos o comportamento negativo da receita de contribuição de melhoria devido a dificuldades de cobrança referente a rejeição pelo Poder Judiciário e da receita de repasses do Fundo Estadual de Saúde que apresenta atrasos nos pagamentos desde a competência outubro de 2017.

As receitas de capital não alcançaram a previsão chegando a uma arrecadação de 50,87% dos valores projetados representando uma arrecadação a menor de R\$ 11,05 milhões, o que deve-se a não arrecadação da receita de financiamentos, das alienações previstas e da falta de repasse das emendas parlamentares cadastradas.

Em uma análise do comportamento da arrecadação própria nota-se uma arrecadação de 106,71% do previsto e, quando analisada somente a receita própria corrente este percentual chegou a 113,51%. Verifica-se uma arrecadação a maior na receita própria geral de R\$ 2,7 milhões e na receita própria corrente de R\$ 5,2 milhões.

No que tange à composição da receita nota-se que 93,74% é proveniente de receita corrente enquanto que 6,26% origina-se de receita de capital. Somente a receita tributária (17,12%) e de transferências correntes (69,82%) correspondem a 86,94% do total arrecadado pelo Município.

A receita própria total do município corresponde a 24,32% da arrecadação no ano de 2017, percentual superior ao do encerramento de 2016 quando chegou a 20,08%.



Receita Tributária	17,12%
Receita de Contribuições	1,77%
Receita Patrimonial	2,16%
Receita de Serviços	0,06%
Transferências Correntes	69,82%
Outras receitas correntes	2,81%
Operações de crédito	4,61%
Alienação de bens	0,35%
Transferências de Capital	1,21%
Outras Transferências de Capital	0,09%

Gráfico 01 – Composição da Receita Prefeitura
 Fonte: Balancete Orçamentário da Receita

Partindo para uma análise da receita, considerando as fontes de recursos nota-se que 34,99% é proveniente de recurso próprio, 21,94% do MDE e FUNDEB, 28,71% do ASPS e Fundo Municipal da Saúde e o restante corresponde a outros recursos vinculados.

FONTES DE RECURSO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO ARRECADAÇÃO	% arrecadado	% s/ total
Próprio	61.318.478,81	63.969.306,22	2.650.827,41	104,32%	34,99%
MDE	15.473.680,39	16.754.286,90	1.280.606,51	108,28%	9,17%
FUNDEB	22.881.000,00	23.348.070,67	467.070,67	102,04%	12,77%
ASPS	22.845.296,80	23.448.662,90	603.366,10	102,64%	12,83%
Recurso Fundo Municipal de Saúde	29.235.725,00	29.029.463,61	-206.261,39	99,29%	15,88%
Recurso Fundo Municipal Assistência Social	1.126.546,00	811.760,24	-314.785,76	72,06%	0,44%
Recursos Fundo Nacional Desenvolvimento Educação - FNDE	2.924.314,00	3.830.762,62	906.448,62	131,00%	2,10%
Demais receitas vinculadas	31.923.959,00	21.607.396,02	-10.316.562,98	67,68%	11,82%
	187.729.000,00	182.799.709,18			

Quadro 03 – Resumo Arrecadação Prefeitura

Fonte: Balancete Orçamentário Receita por Fonte de Recurso

Em uma análise comparativa dos valores previstos e executados por fonte de recurso necessário se faz observar uma arrecadação a maior em recursos próprios, MDE e ASPS de R\$ 4,5 milhões.

Conclui-se que a meta de arrecadação foi atingida devido ao grande esforço de arrecadação das receitas tributárias próprias, ressaltando os trabalhos realizados pela Secretaria da Fazenda no que refere-se a políticas de cobrança e fiscalização tais como otimização do processo de licenciamento das empresas, notificações a contribuintes, envio de dívidas para protestos, campanha de incentivo ao bom pagador através da lei 5.975 de 27 de julho de 2017. Sendo que o pequeno percentual não arrecadado de 2,75% foi resultado da não confirmação das receitas de capital de empréstimos e das transferências de capital da união.

1.1.2 RECEITAS FPSM (FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO)

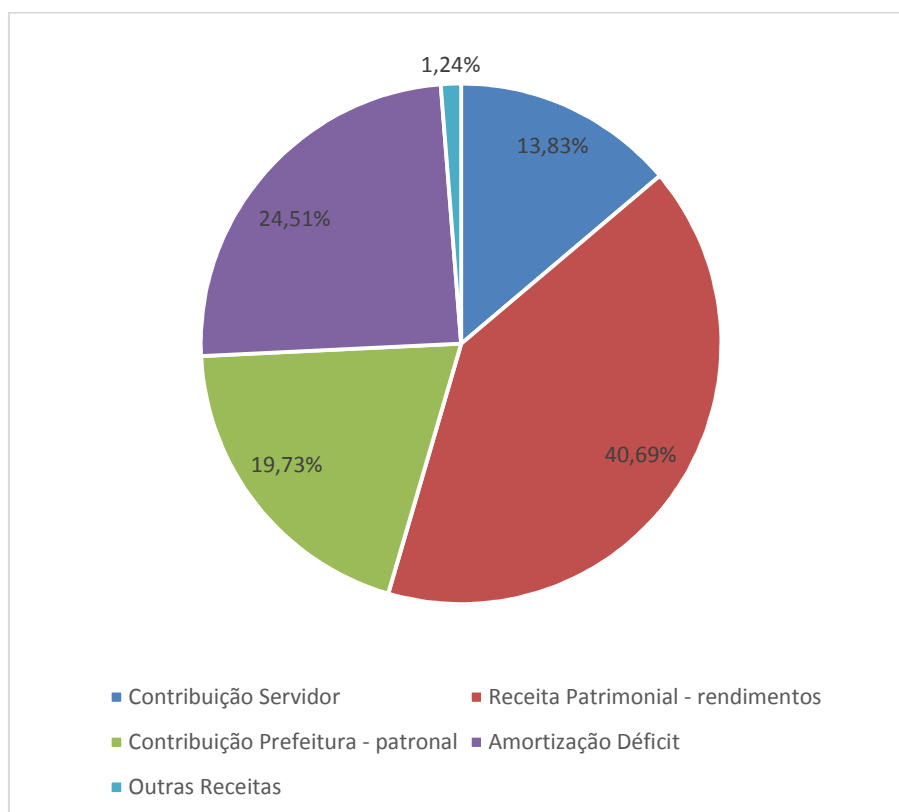
RECEITAS FPSM	Projeção 2017	Arrecadado Acumulado	Arrecadado - Previsto	% arrecadado	% s/ total
Receita Corrente	28.464.800,00	26.134.190,65	-2.330.609,35	91,81%	55,75%
Receita Contribuições - servidor	6.647.800,00	6.481.304,73	-166.495,27	97,50%	13,83%
Receita Patrimonial	20.907.000,00	19.073.541,20	-1.833.458,80	91,23%	40,69%
Outras receitas correntes	910.000,00	579.344,72	-330.655,28	63,66%	1,24%
Receita Corrente Intra-orçamentária	19.967.200,00	20.739.815,14	772.615,14	103,87%	44,25%
Contribuição patronal	8.345.200,00	9.247.391,68	902.191,68	110,81%	19,73%
Contribuição amortização déficit	10.825.000,00	10.843.741,97	18.741,97	100,17%	23,13%
Contribuição parcelamento débitos	797.000,00	648.681,49	-148.318,51	81,39%	1,38%
TOTAL RECEITA FPSM	48.432.000,00	46.874.005,79	-1.557.994,21	96,78%	100,00%

Quadro 04 – Resumo Arrecadação FPSM

Fonte: Balancete Orçamentário Receita

A arrecadação do Fundo de Previdência não atingiu a previsão inicial em 3,22%, ficando levemente abaixo do previsto devido a rentabilidade nominal ter sido menor em relação a inicialmente prevista, decorrente da queda da inflação e consequente redução das taxas de juros dos ativos. No entanto a meta atuarial foi cumprida.

A composição das receitas do Fundo pode ser melhor visualizada nos gráficos a seguir.



Contribuição Servidor	13,83%
Receita Patrimonial - rendimentos	40,69%
Contribuição Prefeitura - patronal	19,73%
Amortização Déficit	24,51%
Outras Receitas	1,24%

Gráfico 02 – Composição da Receita do Fundo de Previdência
Fonte: Balancete da Receita

Em conclusão, as receitas do Fundo cumpriram a meta de arrecadação, sobretudo em função do bom desempenho das aplicações financeiras cuja rentabilidade superou a meta atuarial do IPCA + 6%.

1.2 DESPESAS

O quadro a seguir evidencia as despesas previstas, as alterações por créditos adicionais, o total de créditos e a despesa empenhada da Prefeitura, Câmara e Fundo de Previdência Social.

Descrição	Metas Fixadas - Orçamento inicial	Créditos Adicionais	Total de Créditos - Orçamento atual	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% Executado Empenhado
Despesa Prefeitura	195.799.000,00	19.677.705,06	215.476.705,06	169.940.852,92	169.681.449,73	162.588.882,08	78,87%
Despesa Câmara	5.600.000,00	-901.418,77	4.698.581,23	4.585.818,03	4.585.818,03	4.585.818,03	97,60%
Reserva de Contingência - geral	200.000,00		200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Despesa FPSM	15.935.000,00		17.512.205,00	17.433.167,77	17.425.361,13	17.398.513,27	99,55%
Reserva contingência - FPSM	32.497.000,00		30.919.795,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	250.031.000,00	18.776.286,29	268.807.286,29	191.959.838,72	191.692.628,89	184.573.213,38	71,41%

Quadro 05 – Resumo Despesas
Fonte: Balancete da Despesa

Os poderes executivo e legislativo empenharam respectivamente 78,87% e 97,60% do valor orçado atualizado (considerando os créditos adicionais abertos durante o exercício).

1.2.1 DESPESAS PREFEITURA E PODER LEGISLATIVO

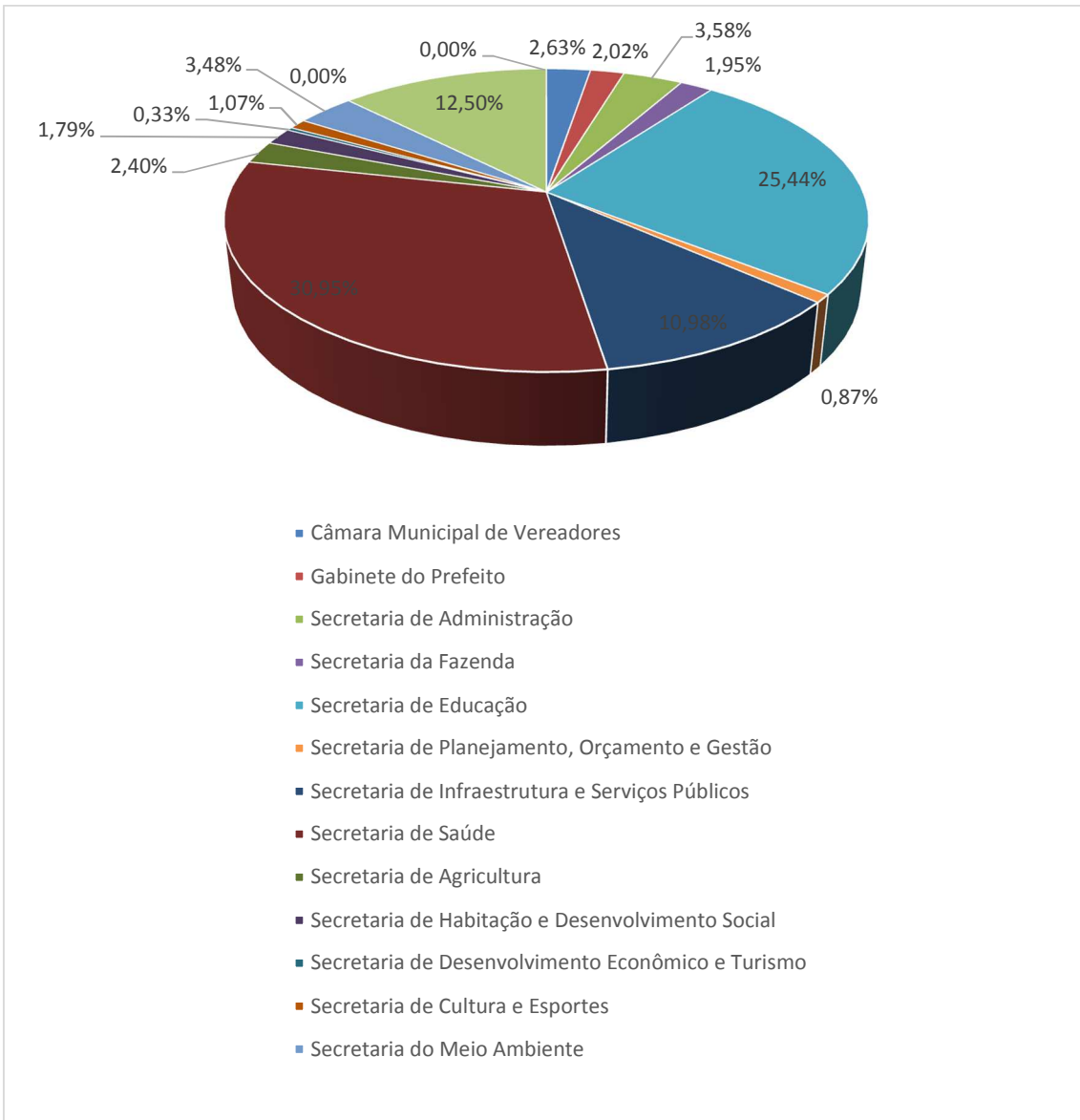
O quadro a seguir evidencia o orçamento inicial e o orçamento atualizado de cada Secretaria, bem como a sua variação, podendo-se evidenciar que a maior parte das Secretarias aumentou o orçamento inicial em função do superávit financeiro do ano anterior, de recursos de excesso de arrecadação proveniente de fontes de recursos específicas e vinculadas, bem como de recursos de operação de crédito contratadas.

DESCRIÇÃO	Orçamento Inicial	% Orç. Inicial	Orçamento Atual	% Orç. Atual	Variação Orçamento Inicial	EMPENHADO			LIQUIDADO		
						Total	% Emp.	% Part.	Total	% Liq.	% Part.
Câmara Municipal de Vereadores	5.600.000,00	2,78%	4.698.581,23	2,13%	-16,10%	4.585.818,03	97,60%	2,63%	4.585.818,03	97,60%	2,63%
Gabinete do Prefeito	3.484.023,81	1,73%	4.555.376,89	2,07%	30,75%	3.521.898,93	77,31%	2,02%	3.521.898,93	77,31%	2,02%
Secretaria de Administração	7.909.353,00	3,92%	8.341.986,31	3,79%	5,47%	6.238.946,23	74,79%	3,57%	6.232.446,23	74,71%	3,58%
Secretaria da Fazenda	3.427.920,00	1,70%	3.512.347,30	1,59%	2,46%	3.404.629,71	96,93%	1,95%	3.404.629,71	96,93%	1,95%
Secretaria de Educação	45.556.948,39	22,60%	48.607.540,25	22,06%	6,70%	44.391.526,62	91,33%	25,44%	44.338.864,00	91,22%	25,44%
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	1.609.764,00	0,80%	1.553.685,67	0,71%	-3,48%	1.513.407,00	97,41%	0,87%	1.513.407,00	97,41%	0,87%
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	31.777.113,00	15,76%	41.708.663,34	18,93%	31,25%	19.165.650,08	45,95%	10,98%	19.142.190,23	45,89%	10,98%
Secretaria de Saúde	54.357.979,80	26,96%	59.148.899,28	26,84%	8,81%	54.087.240,77	91,44%	30,99%	53.936.448,17	91,19%	30,95%
Secretaria de Agricultura	8.286.951,00	4,11%	7.572.606,54	3,44%	-8,62%	4.190.006,23	55,33%	2,40%	4.189.809,23	55,33%	2,40%
Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social	4.864.551,00	2,41%	4.388.960,48	1,99%	-9,78%	3.116.856,12	71,02%	1,79%	3.116.856,12	71,02%	1,79%
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	415.379,00	0,21%	1.105.040,77	0,50%	166,03%	574.486,26	51,99%	0,33%	574.486,26	51,99%	0,33%
Secretaria de Cultura e Esportes	4.003.752,00	1,99%	3.853.624,63	1,75%	-3,75%	1.856.150,29	48,17%	1,06%	1.856.150,29	48,17%	1,07%
Secretaria do Meio Ambiente	5.932.095,00	2,94%	7.293.496,62	3,31%	22,95%	6.091.932,13	83,53%	3,49%	6.066.141,01	83,17%	3,48%
Secretaria Geral de Governo	175.370,00	0,09%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos Especiais	23.997.800,00	11,90%	23.834.476,98	10,82%	-0,68%	21.788.122,55	91,41%	12,48%	21.788.122,55	91,41%	12,50%
Reserva de Contingência	200.000,00	0,10%	200.000,00	0,09%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO	201.599.000,00	100,00%	220.375.286,29	100,00%	9,31%	174.526.670,95	79,20%	100,00%	174.267.267,76	79,08%	100,00%
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL											
Despesas com FPSM	15.935.000,00	32,90%	17.512.205,00	36,16%	9,90%	17.433.167,77	99,55%	100,00%	17.425.361,13	99,50%	100,00%
Reserva de contingência do FPSM	32.497.000,00	67,10%	30.919.795,00	63,84%	-4,85%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL FUNDO DE PREVIDÊNCIA	48.432.000,00	100,00%	48.432.000,00	100,00%	0,00%	17.433.167,77	36,00%	100,00%	17.425.361,13	35,98%	100,00%
TOTAL GERAL ORÇAMENTO	250.031.000,00		268.807.286,29			191.959.838,72			191.692.628,89		

Quadro 06 – Resumo Despesas por Órgão de Governo

Fonte: Balancete da Despesa

Conforme quadro apresentado pode-se verificar os valores liquidados em cada Secretaria destacando-se que somente as Secretarias de Saúde, Educação e Infraestrutura e Serviços Públicos são responsáveis por 67,37% dos gastos liquidados do Município, ou seja, suas despesas correspondem respectivamente a 30,95%, 25,44% e 10,98% dos gastos totais liquidados no exercício de 2017.



Câmara Municipal de Vereadores	2,63%
Gabinete do Prefeito	2,02%
Secretaria de Administração	3,58%
Secretaria da Fazenda	1,95%
Secretaria de Educação	25,44%
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	0,87%
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	10,98%
Secretaria de Saúde	30,95%
Secretaria de Agricultura	2,40%
Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social	1,79%
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,33%
Secretaria de Cultura e Esportes	1,07%
Secretaria do Meio Ambiente	3,48%
Secretaria Geral de Governo	0,00%
Encargos Especiais	12,50%
Reserva de Contingência	0,00%

Gráfico 03 – Composição da Despesa por Órgão de Governo

Fonte: Balancete da Despesa

Em termos de natureza dos gastos, conforme quadro a seguir, considerando a despesa liquidada evidencia-se que 94,58% refere-se a gastos com manutenção e 5,42% refere-se a investimentos. Dentro dos gastos com manutenção, 43,96% refere-se a gastos com pessoal ativo, 1,32% ao custeio do plano de saúde dos servidores, 36,80% aos demais gastos com manutenção e 12,50% refere-se a encargos especiais relacionados ao déficit atuarial do fundo de previdência, aos juros e amortização da dívida pública, ao custeio do PASEP e as sentenças judiciais pagas no ano. Dentro das despesas de investimentos 4,54% refere-se à aplicação em obras e instalações, 0,65% refere-se à aquisição de equipamento e material permanente e 0,23% refere-se à concessão de auxílios financeiros a entidades e empréstimos a produtores rurais.

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composição
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	159.399.543,07	143.198.461,38	143.034.323,06	89,84%	11.933.205,12	82,08%
Pessoal e encargos sociais	78.617.296,94	76.616.412,59	76.616.412,59	97,45%	6.384.701,05	43,96%
Plano de saúde	2.850.369,01	2.293.929,40	2.293.929,40	80,48%	191.160,78	1,32%
Outras despesas de manutenção	77.931.877,12	64.288.119,39	64.123.981,07	82,49%	5.357.343,28	36,80%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	36.941.266,24	9.540.087,02	9.444.822,15	25,83%	795.007,25	5,42%
Equipamentos e Material permanente	9.785.658,40	1.197.056,02	1.132.588,65	12,23%	99.754,67	0,65%
Obras e instalações	25.864.707,84	7.937.211,84	7.906.414,34	30,69%	661.434,32	4,54%
Auxílios	287.000,00	285.000,00	285.000,00	99,30%	23.750,00	0,16%
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Concessão de empréstimos e financiamentos	178.000,00	76.131,90	76.131,90	42,77%	6.344,33	0,04%
Aquisição de imóveis	780.900,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	45.000,00	44.687,26	44.687,26	0,99	3.723,94	0,01
ENCARGOS ESPECIAIS	23.834.476,98	21.788.122,55	21.788.122,55	91,41%	1.815.676,88	12,50%
Despesas Servidores Cedidos e em Mandato Classista	437.510,00	436.394,52	436.394,52	99,75%	36.366,21	0,25%
Despesas com outros Entes da Federação	166.534,62	91.641,84	91.641,84	55,03%	7.636,82	0,05%
Obrigações com Fundo de Previdência	11.921.259,00	11.666.120,79	11.666.120,79	97,86%	972.176,73	6,69%
Dívida de Longo Prazo	5.822.289,84	4.845.010,23	4.845.010,23	83,21%	403.750,85	2,78%
Indenizações e restituições	723.491,57	247.684,49	247.684,49	34,23%	20.640,37	0,14%
Obrigações Tributárias e Encargos	2.000.000,00	1.944.097,09	1.944.097,09	97,20%	162.008,09	1,12%
Multas, Juros e Outras Infrações	34.967,95	32.630,05	32.630,05	93,31%	2.719,17	0,02%
Sentenças Judiciais	2.728.424,00	2.524.543,54	2.524.543,54	92,53%	210.378,63	1,45%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL GERAL ORÇAMENTO ATUAL	220.375.286,29	174.526.670,95	174.267.267,76	79,20%	14.543.889,25	100,00%

Quadro 07 – Resumo Despesas por Natureza

Fonte: Anexo II do Orçamento

O gráfico a seguir evidencia o percentual de investimentos em relação ao total das despesas liquidadas no período 2009 a 2017, considerando-se investimentos a realização de obras, aquisição de imóveis e equipação. Nota-se que em função das dificuldades financeiras o percentual de aplicação está diminuindo nos últimos exercícios.

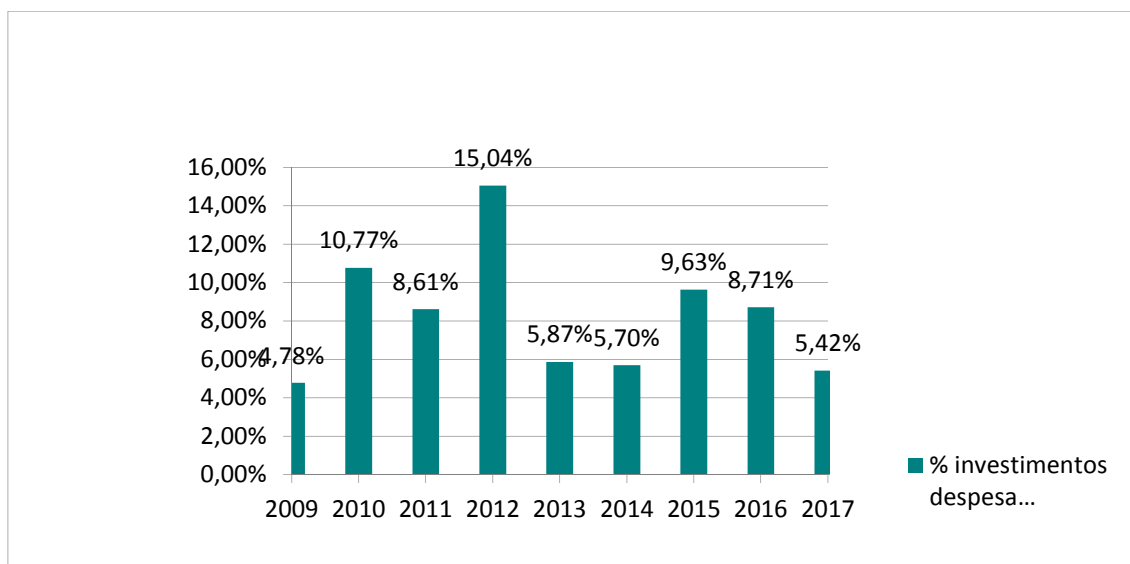


Gráfico 04 – Percentual investido da despesa liquidada
Fonte: Relatórios Orçamentários - Anexo 2 do orçamento

Na sequência pode-se observar o comportamento dos gastos em cada Secretaria de Governo até o encerramento do 3º quadrimestre.

CÂMARA DE VEREADORES -
ORÇAMENTO INICIAL

5.600.000,00

12,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composiçã
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	4.588.581,23	4.487.074,77	4.487.074,77	97,79%	373.922,90	97,85%
Pessoal e encargos sociais	3.885.481,23	3.860.777,35	3.860.777,35	99,36%	321.731,45	84,19%
Plano de saúde	148.500,00	70.260,42	70.260,42	47,31%	5.855,04	1,53%
Outras despesas de manutenção	554.600,00	556.037,00	556.037,00	100,26%	46.336,42	12,13%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	110.000,00	98.743,26	98.743,26	89,77%	8.228,61	2,15%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	45.000,00	44.687,26	44.687,26	99,31%	3.723,94	0,97%
Equipamentos e Material permanente	65.000,00	54.056,00	54.056,00	83,16%	4.504,67	1,18%
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Aquisição de imóveis	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	4.698.581,23	4.585.818,03	4.585.818,03	97,60%	382.151,50	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	-901.418,77					

GABINETE DO PREFEITO -

ORÇAMENTO INICIAL

3.484.023,81

DESpesas por Elemento		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESpesas DE MANUTENÇÃO	3.977.843,81	3.498.486,93	3.498.486,93	87,95%	291.540,58	99,34%
Pessoal e encargos sociais	2.592.341,74	2.584.938,08	2.584.938,08	99,71%	215.411,51	73,40%
Outras despesas de manutenção	1.385.502,07	913.548,85	913.548,85	65,94%	76.129,07	25,94%
DESpesas DE INVESTIMENTOS	577.533,08	23.412,00	23.412,00	4,05%	1.951,00	0,66%
Equipamentos e Material permanente	201.055,00	23.412,00	23.412,00	11,64%	1.951,00	0,66%
Obras e instalações	376.478,08	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	4.555.376,89	3.521.898,93	3.521.898,93	77,31%	293.491,58	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	1.071.353,08					

ADMINISTRAÇÃO - ORÇAMENTO

INICIAL

7.909.353,00

DESpesas por Elemento		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESpesas DE MANUTENÇÃO	8.270.942,18	6.238.731,23	6.232.231,23	75,43%	519.894,27	100,00%
Pessoal e encargos sociais	2.551.730,67	2.551.688,73	2.551.688,73	100,00%	212.640,73	40,94%
Plano de saúde	1.793.272,19	1.363.765,66	1.363.765,66	76,05%	113.647,14	21,88%
Outras despesas de manutenção	3.925.939,32	2.323.276,84	2.316.776,84	59,18%	193.606,40	37,17%
DESpesas DE INVESTIMENTOS	71.044,13	215,00	215,00	0,30%	17,92	0,00%
Equipamentos e Material permanente	60.829,13	215,00	215,00	0,35%	17,92	0,00%
Obras e instalações	10.215,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	8.341.986,31	6.238.946,23	6.232.446,23	74,79%	519.912,19	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	432.633,31					

FAZENDA - ORÇAMENTO INICIAL

3.427.920,00

DESpesas por Elemento		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESpesas DE MANUTENÇÃO	3.512.330,50	3.404.629,71	3.404.629,71	96,93%	283.719,14	100,00%
Pessoal e encargos sociais	2.744.823,12	2.741.096,01	2.741.096,01	99,86%	228.424,67	80,51%
Outras despesas de manutenção	767.507,38	663.533,70	663.533,70	86,45%	55.294,48	19,49%
DESpesas DE INVESTIMENTOS	16,80	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	16,80	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	3.512.347,30	3.404.629,71	3.404.629,71	96,93%	283.719,14	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	84.427,30					

EDUCAÇÃO - ORÇAMENTO INICIAL

45.556.948,39

DESpesas por Elemento		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESpesas DE MANUTENÇÃO	45.042.552,67	43.739.407,47	43.696.904,93	97,11%	3.644.950,62	98,55%
Pessoal e encargos sociais	31.165.355,65	31.088.013,78	31.088.013,78	99,75%	2.590.667,82	70,11%
Plano de saúde	908.596,82	859.903,32	859.903,32	94,64%	71.658,61	1,94%
Outras despesas de manutenção	12.968.600,20	11.791.490,37	11.748.987,83	90,92%	982.624,20	26,50%
DESpesas DE INVESTIMENTOS	3.564.987,58	652.119,15	641.959,07	18,29%	54.343,26	1,45%
Auxílios	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	1.165.286,82	9.616,25	9.616,25	0,83%	801,35	0,02%
Obras e instalações	1.618.800,76	642.502,90	632.342,82	39,69%	53.541,91	1,43%
Aquisição de imóveis	780.900,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	48.607.540,25	44.391.526,62	44.338.864,00	91,33%	3.699.293,89	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	3.050.591,86					

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
GESTÃO - ORÇAMENTO INICIAL

1.609.764,00

DESPESAS POR ELEMENTO		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	1.553.685,67	1.513.407,00	1.513.407,00	97,41%	126.117,25	100,00%
Pessoal e encargos sociais	1.404.479,10	1.373.434,74	1.373.434,74	97,79%	114.452,90	90,75%
Outras despesas de manutenção	149.206,57	139.972,26	139.972,26	93,81%	11.664,36	9,25%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00%
permanente	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DESPESA	1.553.685,67	1.513.407,00	1.513.407,00	97,41%	126.117,25	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	-56.078,33					

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

PÚBLICOS - ORÇAMENTO INICIAL

31.777.113,00

DESPESAS POR ELEMENTO		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	15.789.886,08	12.624.242,07	12.621.419,64	79,95%	1.052.020,17	65,94%
Pessoal e encargos sociais	8.611.504,30	8.180.658,56	8.180.658,56	95,00%	681.721,55	42,74%
Outras despesas de manutenção	7.178.381,78	4.443.583,51	4.440.761,08	61,90%	370.298,63	23,20%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	25.918.777,26	6.541.408,01	6.520.770,59	25,24%	545.117,33	34,06%
Equipamentos e Material permanente	5.182.085,79	12.084,80	12.084,80	0,23%	1.007,07	0,06%
Obras e instalações	20.736.691,47	6.529.323,21	6.508.685,79	31,49%	544.110,27	34,00%
DESPESAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00%
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	41.708.663,34	19.165.650,08	19.142.190,23	45,95%	1.597.137,51	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	9.931.550,34					

SAÚDE - ORÇAMENTO INICIAL

54.357.979,80

DESPESAS POR ELEMENTO		Acumulado		%	Média	Composição
	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	57.608.379,08	53.304.938,06	53.218.612,83	92,53%	4.442.078,17	98,67%
Pessoal e encargos sociais	18.778.987,20	17.783.665,47	17.783.665,47	94,70%	1.481.972,12	32,97%
Outras despesas de manutenção	38.829.391,88	35.521.272,59	35.434.947,36	91,48%	2.960.106,05	65,70%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	1.540.520,20	782.302,71	717.835,34	50,78%	65.191,89	1,33%
Equipamentos e Material permanente	873.259,56	544.806,09	480.338,72	62,39%	45.400,51	0,89%
Obras e instalações	667.260,64	237.496,62	237.496,62	35,59%	19.791,39	0,44%
Auxílios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	59.148.899,28	54.087.240,77	53.936.448,17	91,44%	4.507.270,06	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	4.790.919,48					

AGRICULTURA - ORÇAMENTO INICIAL 8.286.951,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composiçã o
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	4.939.435,88	3.290.099,38	3.289.902,38	66,61%	274.174,95	78,52%
Pessoal e encargos sociais	2.479.383,47	2.370.266,08	2.370.266,08	95,60%	197.522,17	56,57%
Outras despesas de manutenção	2.460.052,41	919.833,30	919.636,30	37,39%	76.652,78	21,95%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	2.633.170,66	899.906,85	899.906,85	34,18%	74.992,24	21,48%
Equipamentos e Material permanente	2.174.535,66	538.774,95	538.774,95	24,78%	44.897,91	12,86%
Auxílios	285.000,00	285.000,00	285.000,00	100,00%	23.750,00	6,80%
Contribuições				#DIV/0!	0,00	0,00%
Obras e instalações				#DIV/0!	0,00	0,00%
Concessão de empréstimos e financiamentos	173.635,00	76.131,90	76.131,90	43,85%	6.344,33	1,82%
TOTAL DESPESA	7.572.606,54	4.190.006,23	4.189.809,23	55,33%	349.167,19	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	-714.344,46					

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ORÇAMENTO INICIAL 4.864.551,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composiçã o
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	4.348.800,48	3.110.318,83	3.110.318,83	71,52%	259.193,24	99,79%
Pessoal e encargos sociais	2.241.405,09	2.024.252,51	2.024.252,51	90,31%	168.687,71	64,95%
Outras despesas de manutenção	2.107.395,39	1.086.066,32	1.086.066,32	51,54%	90.505,53	34,84%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	40.160,00	6.537,29	6.537,29	16,28%	544,77	0,21%
Equipamentos e Material permanente	26.790,00	6.537,29	6.537,29	24,40%	544,77	0,21%
Auxílios	2.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Obras e instalações	11.370,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	4.388.960,48	3.116.856,12	3.116.856,12	71,02%	259.738,01	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	-475.590,52					

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - ORÇAMENTO INICIAL 415.379,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composiçã o
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	580.675,77	574.486,26	574.486,26	98,93%	47.873,86	100,00%
Pessoal e encargos sociais	529.028,00	523.646,16	523.646,16	98,98%	43.637,18	91,15%
Outras despesas de manutenção	51.647,77	50.840,10	50.840,10	98,44%	4.236,68	8,85%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	524.365,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Obras e instalações	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Concessão de empréstimos e financiamentos	4.365,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	1.105.040,77	574.486,26	574.486,26	51,99%	47.873,86	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO	689.661,77					

CULTURA E ESPORTES - ORÇAMENTO INICIAL 4.003.752,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composiçã o
		Empenhado	Liquidado	empenhado	empenhado	Gasto liquidado
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	1.922.179,10	1.320.707,54	1.320.707,54	68,71%	110.058,96	71,15%
Pessoal e encargos sociais	661.501,43	584.105,38	584.105,38	88,30%	48.675,45	31,47%
Outras despesas de manutenção	1.260.677,67	736.602,16	736.602,16	58,43%	61.383,51	39,68%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	1.931.445,53	535.442,75	535.442,75	27,72%	44.620,23	28,85%
Equipamentos e Material permanente	7.553,64	7.553,64	7.553,64	100,00%	629,47	0,41%
Auxílios	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Obras e instalações	1.923.891,89	527.889,11	527.889,11	27,44%	43.990,76	28,44%
TOTAL DESPESA	3.853.624,63	1.856.150,29	1.856.150,29	48,17%	154.679,19	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO INICIAL	-150.127,37					

MEIO AMBIENTE - ORÇAMENTO INICIAL

5.932.095,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composição
		Empenhado	Liquidado			
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	7.264.250,62	6.091.932,13	6.066.141,01	83,86%	507.661,01	100,00%
Pessoal e encargos sociais	971.275,94	949.869,74	949.869,74	97,80%	79.155,81	15,66%
Outras despesas de manutenção	6.292.974,68	5.142.062,39	5.116.271,27	81,71%	428.505,20	84,34%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	29.246,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	29.246,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	7.293.496,62	6.091.932,13	6.066.141,01	83,53%	507.661,01	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO INICIAL	1.361.401,62					

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - ORÇAMENTO INICIAL

175.370,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composição
		Empenhado	Liquidado			
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Outras despesas de manutenção	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Equipamentos e Material permanente	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
TOTAL DESPESA	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO INICIAL	-175.370,00					

ENCARGOS ESPECIAIS - ORÇAMENTO INICIAL

23.997.800,00

DESPESAS POR ELEMENTO	Orçamento Atualizado	Acumulado		%	Média	Composição
		Empenhado	Liquidado			
DESPESAS SERVIDORES CEDIDOS E EM MANDATO CLASSISTA	437.510,00	436.394,52	436.394,52	99,75%	36.366,21	2,00%
Vencimentos e vantagens fixas	384.131,00	384.130,18	384.130,18	100,00%	32.010,85	1,76%
Obrigações Patronais	53.379,00	52.264,34	52.264,34	97,91%	4.355,36	0,24%
DESPESAS COM OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO	166.534,62	91.641,84	91.641,84	55,03%	7.636,82	0,42%
Pessoal e Encargos Sociais	110.993,55	38.234,19	38.234,19	34,45%	3.186,18	0,18%
Plano de Saúde	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00%
Auxílio-transporte	4.800,00	2.666,58	2.666,58	55,55%	222,22	0,01%
Outros Serv. de Terceiros (Estagiários)	50.741,07	50.741,07	50.741,07	100,00%	4.228,42	0,23%
OBRIGAÇÕES COM FUNDO DE PREVIDÊNCIA	11.921.259,00	11.666.120,79	11.666.120,79	97,86%	972.176,73	53,54%
Contribuições patronais RPPS e Amortização déficit atuarial - RPPS	11.124.259,00	11.017.439,30	11.017.439,30	99,04%	918.119,94	50,57%
Amortização dívida por parcelamento - RPPS	797.000,00	648.681,49	648.681,49	81,39%	54.056,79	2,98%
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	5.822.289,84	4.845.010,23	4.845.010,23	83,21%	403.750,85	22,24%
Juros sob dívida por contrato	3.242.108,56	2.724.925,23	2.724.925,23	84,05%	227.077,10	12,51%
Amortização dívida por contrato	2.580.181,28	2.120.085,00	2.120.085,00	82,17%	176.673,75	9,73%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	723.491,57	247.684,49	247.684,49	34,23%	20.640,37	1,14%
Indenizações e restituições à União - corrente	25.693,20	25.693,20	25.693,20	100,00%	2.141,10	0,12%
Indenizações e restituições ao Estado - corrente	2.049,38	1.895,28	1.895,28	92,48%	157,94	0,01%
Indenizações e restituições a União - capital	695.648,99	220.096,01	220.096,01	31,64%	18.341,33	1,01%
Indenizações e restituições ao Estado - capital	100,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E ENCARGOS	2.000.000,00	1.944.097,09	1.944.097,09	97,20%	162.008,09	8,92%
Contribuição ao Pasep	2.000.000,00	1.944.097,09	1.944.097,09	97,20%	162.008,09	8,92%
MULTAS, JUROS E OUTRAS INFRAÇÕES	34.967,95	32.630,05	32.630,05	93,31%	2.719,17	0,15%
Multas de trânsito	25.000,00	22.662,10	22.662,10	90,65%	1.888,51	0,10%
Indenizações e Restituições	9.967,95	9.967,95	9.967,95	100,00%	830,66	0,05%
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.728.424,00	2.524.543,54	2.524.543,54	92,53%	210.378,63	11,59%
Sentenças judiciais - pessoal	1.778.601,12	1.778.600,70	1.778.600,70	100,00%	148.216,73	8,16%
Sentenças judiciais - indenizatórias	760.720,00	743.521,83	743.521,83	97,74%	61.960,15	3,41%
Sentenças judiciais - capital	189.102,88	2.421,01	2.421,01	1,28%	201,75	0,01%
TOTAL	23.834.476,98	21.788.122,55	21.788.122,55	91,41%	1.815.676,88	100,00%
AUMENTO/REDUÇÃO ORÇAMENTO INICIAL	-163.323,02					

Quadro 08 – Despesas por órgão de governo
Fonte: Anexo 2 da despesa

Uma vez apresentados os gastos de cada Secretaria, importante se faz retomar a análise do segundo quadrimestre que alertou para a insuficiência financeira nos recursos próprio, MDE e ASPS. No entanto nos últimos quatro meses continuaram as atividades de controle efetivo da despesa, além do ótimo desempenho da receita, onde foi possível realizar o empenho de todas as despesas. A Câmara de Vereadores teve papel importante na redução do déficit com a devolução de mais de R\$ 900 mil ao executivo

FONTES DE RECURSO PRÓPRIO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO
Receita Recurso Próprio	R\$ 61.318.478,81	R\$ 63.969.306,22
Empenhado recurso próprio	R\$ 65.920.791,81	R\$ 56.247.555,51
Empenhado fonte 1254 - recurso próprio social	R\$ 3.567.787,00	R\$ 2.504.415,97
Empenhado recurso fundo da cultura	R\$ 99.900,00	R\$ 100.000,00
Empenhado câmara de vereadores	R\$ 5.600.000,00	R\$ 4.585.818,03
	-R\$ 13.870.000,00	R\$ 531.516,71

Em conclusão, com os esforços realizados pelo Executivo foi possível cumprir a meta prevista para as despesas, confirmando a execução do orçamento 2017 com a redução do déficit orçamentário previsto de R\$ 13.870.000,00, sendo que no recurso próprio foram empenhados R\$ 11,7 milhões a menor do previsto e no recurso MDE foram empenhados R\$ 1,2 milhões a menor, o restante do déficit orçamentário foi coberto com o desempenho favorável da receita.

1.2.2 DESPESAS FPSM (FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL)

O Fundo de Previdência empenhou 99,61% do valor orçado para o período, sendo 81,58% aplicado em aposentadorias, 11,75% aplicado em pensões, 5,16% em outros benefícios previdenciários/ salário família e 0,36% em despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2017 havia 323 inativos e 59 pensionistas custeados com o Fundo de Previdência Social.

1.3 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário abrange a diferença entre a receita fiscal líquida e a despesa fiscal líquida total do Município, cuja economia deve ser direcionada para o pagamento do serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque total da dívida líquida. O cálculo foi realizado adotando-se os critérios estabelecidos pela STN.

Descrição	Meta fixada LDO/LOA	Meta Previsão Atualizada - STN	Situação em 31/12/2017 - vlr empenhado
Resultado Primário	-45.140.890,00	-53.072.636,55	18.230.616,99
Receitas Fiscais Líquidas	197.837.850,00	204.238.778,67	200.034.814,06
Despesas Fiscais Líquidas	-242.978.740,00	-257.311.415,22	-181.804.197,07
Diferença entre receitas e despesas	-45.140.890,00	-53.072.636,55	18.230.616,99

Quadro 10 – Resultado Primário

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Resultado Primário consolidado previsto na LDO e compatibilizado na LOA foi de -45.140.890,00, sendo R\$ -23.323.890,00 para o Poder Executivo e R\$ -21.817.000,00 para o Fundo de Previdência, podendo haver uma variação para menos na meta de até 20% e para mais sem limitador. Observou-se um resultado primário consolidado, situação em 31/12/2017, é de R\$ 18.230.616,99 dentro da meta estabelecida, sendo que o resultado não consolidado pela despesa liquidada também atingiu a meta tanto no Poder Executivo quanto no Fundo de Previdência.

1.4 RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal corresponde à variação da dívida consolidada líquida, a qual é representada pela dívida de longo prazo originada geralmente de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras reduzida da sobra de recursos financeiros obtida após dedução das obrigações de curto prazo.

Descrição	Meta Fixada LDO-2017	Situação em 31/12/2016	Situação em 30/04/2017	Situação em 31/08/2017	Situação em 31/12/2017
Resultado Nominal	6.470.000,00		em relação 31/12/16	-9.808.641,61	-552.068,58
			em relação bimestre anterior	6.542.331,71	9.256.573,03
Dívida consolidada	38.300.000,00	29.877.272,37	31.551.801,47	32.373.547,42	35.485.293,60
(-) deduções (sobra recursos curto prazo)					
(+) Disponibilidades e haveres financeiros	23.000.000,00	25.883.227,84	31.760.805,94	26.016.896,33	26.844.145,04
(-) Restos a pagar processados	-3.500.000,00	-12.449.312,53	-301.388,21	-278.064,36	-7.250.139,92
(=) dívida consolidada líquida	18.800.000,00	16.443.357,06	92.383,74	6.634.715,45	15.891.288,48

Quadro 11 – Resultado Nominal

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Resultado Nominal projetado foi de um aumento da dívida de R\$ 6.470.000,00 consolidando-se uma redução de R\$ 552.068,58. Considerando que a LDO permite uma variação da meta de 20% a mais do que o estabelecido para o aumento da dívida consolidada líquida de um ano para o outro conclui-se que o resultado nominal alcançado no encerramento do exercício está de acordo com a meta estabelecida.

1.5 MONTANTE DÍVIDA PÚBLICA

O montante da dívida pública abrange o total da dívida de longo prazo com outras entidades (bancos, agentes financiadores) excluindo-se as operações dentro do próprio ente a exemplo da dívida com o FPSM, adotando-se os critérios da STN.

Descrição	Meta fixada LDO	Situação em 31/12/2017	Dívida consolidada Líquida em
Montante Dívida Pública	38.300.000,00	35.485.293,60	R\$ 24.389.589,65

Quadro 12 – Montante da Dívida de Longo Prazo

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

A meta projetada para o final do exercício prevê dívida de longo prazo ao final de 2017 de R\$ 38.300.000,00, sendo que no encerramento do exercício somou R\$ 35.485.293,60 estando dentro da meta proposta.

2 SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O comportamento das metas fiscais está diretamente relacionado com o resultado orçamentário e o resultado financeiro, sendo a análise da situação orçamentária e financeira de fundamental importância para uma avaliação objetiva do desempenho da gestão fiscal.

O resultado orçamentário é formado pela diferença entre a receita realizada no ano (efetivo ingresso de caixa) e a despesa empenhada/liquidada no ano, não considerando disponibilidades e valores a pagar de exercícios anteriores. Ou seja, evidencia como seria a situação do Município considerando somente a execução orçamentária do ano.

No encerramento do exercício de 2017 o Município apresentou superávit orçamentário consolidado considerando a despesa liquidada de R\$ 37.713.876,25 e considerando a despesa empenhada de R\$ 37.981.086,08. Analisando o resultado orçamentário de forma não consolidada apresenta-se a seguinte situação:

Resultado Orçamentário Geral							
Descrição	Receita Realizada	Despesa		Resultado Orçamentário 3º quadrimestre 2017		Resultado Orçamentário 3º quadrimestre 2016	
		Empenhada	Liquidada	Empenhado	Pelo Liquidado	Empenhado	Pelo Liquidado
Prefeitura e Câmara	182.799.709,18	174.526.670,95	174.267.267,76	8.273.038,23	8.532.441,42	-10.550.906,46	-10.073.874,36
Fundo RPPS	46.874.005,79	17.433.167,77	17.425.361,13	29.440.838,02	29.448.644,66	30.946.293,08	30.951.365,57
Resultado Consolidado	229.673.714,97	191.959.838,72	191.692.628,89	37.713.876,25	37.981.086,08	20.395.386,62	20.877.491,21

Quadro 13 – Resultado Orçamentário

Fonte: Balançetes Orçamentários da Receita e da Despesa

A prefeitura apresentou resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO considerando as despesas empenhadas de R\$ 8.273.038,23 e considerando a despesa já liquidada de R\$ 8.532.441,42, valores significativamente SUPERIORES ao ocorrido no encerramento do ano de 2016.

Salienta-se que a análise do resultado orçamentário para fins de processo decisório deve ser realizada por recurso vinculado, evidenciando-se no quadro a seguir o resultado orçamentário das fontes de recurso que merecem mais atenção pela probabilidade de causarem déficit e, também, por possuírem vinculações constitucionais que devem ser observadas.

Resultado Orçamentário Principais Fontes de Recurso									
Descrição	Receita Realizada	Despesa		Resultado Orçamentário 3º quadrimestre 2017		Resultado Orçamentário 3º quadrimestre 2016		Superávit/Déficit exercício anterior	Superávit/Déficit exercício em 31/12/2017
		Empenhada	Liquidada	Pelo Empenhado	Pelo Liquidado	Pelo Empenhado	Pelo Liquidado		
Resultado Recurso Próprio/livre	63.969.306,22	58.751.971,48	58.751.971,48	5.217.334,74	5.217.334,74	-8.586.407,34	-8.577.568,98	-4.255.130,35	-4.209.740,38
Resultado Recursos MDE	16.754.286,90	14.266.255,56	14.266.255,56	2.488.031,34	2.488.031,34	-1.786.112,91	-1.786.112,91	0,00	0,00
Resultado Recursos FUNDEB	23.348.070,67	23.347.728,05	23.347.728,05	342,62	342,62	-50.651,42	-50.651,42	5.096,17	0,00
Resultado Recursos ASPS	23.448.662,90	23.478.557,89	23.478.557,89	-29.894,99	-29.894,99	935.136,20	935.136,20	0,00	0,00
*as despesas em recursos próprio/livre foram adicionadas as despesas do Fundo Municipal de Assistência Social cuja receita é proveniente de uma transferência do recurso livre, contudo por não haver percentual constitucional definido não há vínculo específico na receita para este recurso.									
*no resultado do recurso próprio precisa ser considerado o repasse efetuado para a Câmara de Vereadores no montante de R\$ 4.585.818,03, além do repasse realizado para o Fundo Municipal de cultura no montante de R\$ 100.000,00									

Quadro 14 – Resultado Orçamentário nas Principais Fontes de Recurso
Fonte: Balancetes Orçamentários da Receita e da Despesa

Nota-se pelo resultado orçamentário que as receita de natureza livre, de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e de FUNDEB foram suficientes para a cobertura das respectivas despesas, enquanto que nas receitas vinculadas a aplicação constitucional em saúde restou uma insuficiência de R\$ 29.894,99. O exercício apresentou resultado orçamentário positivo, mesmo considerando os repasses efetuados para o Poder Legislativo no montante de R\$ 4.585.818,03 e para o Fundo Municipal de Cultura no montante de R\$ 100.000,00, sendo que o saldo positivo da execução orçamentária foi utilizado para quitação dos restos a pagar a descoberto do exercício de 2016.

Logo, o resultado financeiro é obtido pela diferença entre a disponibilidade de recursos em caixa bancos e contas a pagar, agregando ao resultado orçamentário do ano os saldos financeiros e obrigações a pagar de exercícios anteriores.

Sob o ponto de vista financeiro em 31/12/2017 o Município apresentou a seguinte situação evidenciada em separado (Prefeitura, Câmara, Fundo de Previdência)

Descrição Situação Financeira	Executivo	Legislativo	Fundo Previdenciário
Saldo em caixa bancos em 31/12/2017	18.345.843,87	172.806,53	190.967.473,73
(-) Obrigações liquidadas a pagar anos anteriores	-157.572,27	0,00	-30.670,32
(-) Obrigações liquidadas a pagar ano 2017	-7.092.567,65	0,00	-26.847,86
(-) Obrigações extra-orçamentárias 2017	-805.233,88	0,00	-222.020,38
Situação financeira considerando despesas exercício anterior e despesas do ano já liquidadas	10.290.470,07	172.806,53	190.687.935,17
(-) obrigações a pagar anos anteriores não processadas	-202.476,66	0,00	0,00
(-) obrigações a pagar ano 2017 não processadas	-259.403,19	0,00	-7.806,64
Situação financeira final considerando despesas do ano ainda não liquidadas	9.828.590,22	172.806,53	190.680.128,53

Quadro 15 – Situação financeira em 31/12/2017

Fonte: Balancete contábil anual e relatório de disponibilidade financeira por recurso

Nota-se que o Município apresentou uma situação financeira equilibrada considerando as despesas liquidadas (cujos materiais já foram entregues e serviços já foram prestados), bem como considerando as despesas apenas empenhadas quando analisamos todas as fontes de recurso.

Em seguida apresentamos a insuficiência financeira no recurso próprio:

RECURSO PRÓPRIO executivo	
Descrição Situação Financeira	Executivo
Saldo em caixa bancos em 31/12/2017	2.042.645,00
(-) Obrigações liquidadas a pagar anos anteriores	0,00
(-) Obrigações liquidadas a pagar ano 2017	-3.258.171,65
(-) Obrigações extra-orçamentárias 2017	
Situação financeira considerando despesas exercício anterior e despesas do ano já liquidadas	-1.215.526,65
(-) obrigações a pagar anos anteriores não processadas	0,00
(-) obrigações a pagar ano 2017 não processadas	0,00
Situação financeira final considerando despesas do ano ainda não liquidadas	-1.215.526,65
(-) valor inscrito no passivo sem dotação orçamentária	0,00
(+) valor crédito extraorçamentário a receber ativo não descontado das disponibilidades financeiras do extraorçamentário	63.328,45
(+) valor antecipação duodécimo 2018 inscrito no ativo do Poder Executivo e no Passivo do Poder Legislativo	172.806,53
(+) Créditos a receber relatório Famurs 2017, inscritos no ativo do Município por estarem empenhados no Estado e que tiveram despesas no Município pagas com recursos Próprios	
Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (atividade 2069)	405.000,00
Insuficiência financeira ajustada	-574.391,67

Quadro 16 – Situação financeira em 31/12/2017

Destacamos a situação financeira recebida no início do exercício de 2017:

Descrição Situação Financeira Recurso Próprio	Executivo	
Saldo em caixa bancos em 31/12/2016	395.782,99	
(-) Obrigações liquidadas a pagar anos anteriores	-11.112,55	
(-) Obrigações liquidadas a pagar ano 2016	-4.639.800,79	
(-) Obrigações extra-orçamentárias 2016	0,00	
Situação financeira considerando despesas exercício anterior e despesas do ano já liquidadas	-4.255.130,35	
(-) obrigações a pagar anos anteriores não processadas	0,00	
(-) obrigações a pagar ano 2016 não processadas	0,00	
Situação financeira final considerando despesas do ano ainda não liquidadas	-4.255.130,35	
Ajustes Financeiros		
(-) valor inscrito no passivo sem dotação orçamentária	-287.379,45	
(+) valor crédito extraorçamentário a receber ativo não descontado das disponibilidades financeiras do extraorçamentário	49.831,42	
(+) valor antecipação duodécimo 2017 inscrito no ativo do Poder Executivo e no Passivo do Poder Legislativo	95.230,81	
Situação Financeira ajustada 1	-4.397.447,57	
(+) Créditos a receber relatório Famurs 2014, 2015 e 2016, não inscritos no ativo do Município por não estarem empenhados no Estado e que tiveram despesas no Município pagas com recursos Próprios		Empenhado com recurso 40
Componente Básico da Assistência Farmaceutica (atividade 2057)	119.797,11	624.823,27
Incentivo Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal (atividade 2053)	129.000,00	
Incentivo Saúde da Família (2053)	209.000,00	1.755.510,07
Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (atividade 2069)	675.000,00	1.034.951,95
Insuficiência financeira ajustada 2	-3.264.650,46	

Quadro 16 – Situação financeira em 31/12/2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do balancete contábil anual, relatório de disponibilidade financeira por recurso e relatório Famurs

Os ajustes realizados na situação financeira de 2017 em relação aos valores não repassados pelo Fundo Estadual de Saúde foram explicados em justificativas no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE bem como na manifestação conclusiva do Controle Interno – MCI para permitir uma melhor avaliação da auditoria externa.

Acrescentamos algumas considerações cuja análise entende-se importante para formação do parecer de contas de governo quando analisada a insuficiência financeira apresentada, as quais foram também descritas na Manifestação Conclusiva do Controle Interno - MCI:

1- REALIZAÇÃO DE ESFORÇOS NA CONTENÇÃO DE GASTOS E INCREMENTO DE ARRECADAÇÃO

1.1 CRIAÇÃO DE COMISSÕES PARA ACOMPANHAMENTO EFETIVO DA RECEITA, DAS DESPESAS E DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS:

1.1.1 Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF, instituída através da Portaria 22.741 de 2017, regulamentada através do Decreto 6.010 de 2017

a) Procedeu durante o exercício de 2017 a análise de 323 processos administrativos de despesas encaminhados pelas secretarias municipais, em conformidade às medidas administrativas para racionalização de despesas, regras para geração e expansão de gastos previstas no Decreto nº 6.019/2017. A avaliação das despesas somou-se mais de R\$ 12 milhões, sendo que deste montante foram deixadas de realizar despesas na ordem de R\$2.846.263,28 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), o que corresponde a mais de 20% de economia conforme controle de acompanhamento.

b) A Comissão atuou na análise de 64 solicitações de nomeações de servidores, em que o Decreto previa apenas a substituição, tendo desta forma auxiliado o gestor municipal na tomada de decisão que a fim de evitar a ampliação dos gastos com folha de pagamento.

c) Realizou análise do relatório de avaliação das metas do 1º quadrimestre elaborado pelo Controle Interno com apoio do Departamento Orçamentário da Secretaria da Fazenda. Diante da situação orçamentário-financeira deficitária apresentada, na ordem de 15 milhões, a Comissão elaborou um pacote de medidas de redução de gastos e promoveu reunião, conforme Ata da Comissão nº 35/2017 de 21/06/2017, com o senhor prefeito e secretários municipais com a finalidade de apresentar as despesas deficitárias, bem como propor a implementação das medidas com a finalidade de equalizar o déficit, entre elas podemos destacar reestudo do contrato de recolhimento de resíduos sólidos, redefinir percentuais de divisão dos gastos com o contrato da Unimed, elaborar legislação para serviço voluntário de oficinheiros através do projeto de lei 77-2017, realizar avaliações permanentes de cargos de chefia e assessoramento (ccs e fgs),

realizar a reavaliação de horas extras somente para necessidades específicas, reduzir o contrato de despesas de publicidade, adotar as publicações legais junto ao site da FAMURS, estudar formas de extinção de serviços e possível terceirização com elaboração de legislação das parcerias públicos privadas através do projeto de lei 82-2017.

d) Propôs à Secretaria de Administração análise junto ao Almojarifado da quantidade de estoque de materiais de expediente e limpeza no sentido de remanejar entre órgãos municipais e evitar a aquisição de novos materiais que não fossem essenciais no exercício de 2017, realizando visitas semanais ao almoxarifado para acompanhamento dos estoques.

e) Auxiliou na negociação com as instituições financeiras públicas para gestão da folha de pagamento com contrapartida de recursos financeiros que seriam utilizados na manutenção de serviços públicos, em especial o custeio da folha de pagamento dos servidores. A apresentação oficial de proposta foi realizada pela Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2 milhões.

f) Realizou a revisão dos custos dos serviços de iluminação pública, serviços de coleta de resíduos sólidos e serviços de inspeção veterinária nos frigoríficos, onde foram sugeridas novas legislações com aumento de arrecadação, resultando na lei complementar 126 de 22 de dezembro de 2017.

g) Propôs a redução do valor de diárias, sendo encaminhada nova legislação, lei 5949-2017.

h) Foram bloqueadas as impressões coloridas, bem como foram monitoradas as impressões preto e branco e a utilização de papel frente e verso.

1.1.2 Comitê de Reavaliação de Contratos, instituída através da Portaria 22.713 de 2017, regulamentada através do Decreto 6.009 de 2017

a) Redução considerável no valor dos alugueis dos imóveis, mais de 50% no valor de todos os contratos de locação;

- b) Congelamento do valor dos contratos com o Hospital São Sebastião Mártir, do serviço do SAMU com a Medicar e do convênio de gestão da unidade de pronto atendimento;
- c) Alteração da contribuição dos servidores para o custeio da Unimed, sendo que foi aumentado de 50% para 70% para os servidores, lei 5.973 de 2017;
- d) Estudo detalhado das solicitações de reequilíbrio e reajuste, realizando a negociação com os fornecedores para congelamento de valores dos contratos;
- e) Aquisição de GPS para monitorar a quilometragem percorrida no contrato do transporte escolar;
- f) Adoção do cartão combustível, com cotação semanal do preço do combustível, sendo que até o final do exercício o preço ficou inferior ao registro realizado no ano anterior;
- g) Encerramento dos contratos de limpeza externa das unidades básicas de saúde, de limpeza das áreas públicas de lazer, de vigilância no parque municipal do chimarrão, de rastreamento veicular;
- h) Redução do contrato com a empresa Thema Informática, suspenso o módulo da Secretaria de Educação;
- i) Redução do contrato com a empresa Conesul de recolhimento de resíduos sólidos, reduzindo cerca de R\$ 20.000,00 por mês, bem como nova distribuição de containers para baixar o preço do recolhimento;
- j) Desligamento de energia elétrica em mais de 21 escolas desativadas, sendo que foi realizado monitoramento mensal do consumo de energia em todas as secretarias;
- k) Extinção da Secretaria Geral de Governo;

1.2- ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA SECRETARIA DA FAZENDA – FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E DÍVIDA ATIVA

Medidas para otimização das receitas próprias também foram adotadas, em especial nas receitas de IPTU do exercício, Dívida Ativa, ISS e taxas.

a)- Para buscar receitas de IPTU do exercício foi desenvolvida campanha de arrecadação com foco no “Bom Pagador” previsto no Código Tributário, sendo disponibilizado contato direto para o Contribuinte através do Serviço de Atendimento Fazendário e via correio eletrônico, com recálculos aos contribuintes e apresentação das formas de pagamento dos débitos, sendo que foi arrecadado R\$ 1,06 milhão a mais que o projetado para o exercício ;

b)- Na receita de Dívida Ativa foram intensificadas as notificações e envio a Protesto dos débitos, onde o resultado pode ser evidenciado pelo número de notificações anuais : Notificação de 2.566 contribuintes com débitos inscritos em dívida ativa no valor total de R\$ 1.835.835,05, sendo destes arrecadado R\$ 524.152,05; envio de 129 CDAs para protesto no valor total de R\$183.134,03 dos quais foi arrecadado R\$ 71.149,58 permanece protestado pendente de pagamento o montante de R\$ 111.984,45, destaca-se que a receita de dívida ativa superou a previsão em mais de R\$ 1 milhão.

c) No Anexo Fiscal foram intensificadas as seguintes ações: Movimentação/ manifestação/ Peticionamento, Reconhecimento de prescrição/inviabilidade (LM 5.806/2016) num total de 08; Certidão e quitações expedidas num total de 240; Parcelamentos revogados/retomada de execução fiscal num total 98; Requerimento para inscrição em cadastro negativo de Débito num total de 154, Reuniões e assessoramentos na seara tributária ; atendimento ao público diretamente e realização de parcelamentos; ajuizamento de 779 Execuções Fiscais.

Arrecadação do Anexo Fiscal em 2017: R\$ 607.196,76(GIAS e BOLETOS); R\$ 24.680,05 (ALVARAS)

d)- No ISS foram intensificadas as ações dos fiscais tributários através das auditorias de rotina nos Centro de Formação de Condutores, instituições financeiras, profissionais liberais onde foram lavrados 122 autos de infração num montante superior a R\$ 23 milhões.

e) Criação do Programa em dia com Venâncio, possibilitando descontos de juros e na multa, através da edição da Lei 5.975-2017.

e) Ingresso pela Procuradoria Jurídica com mandato de segurança para assegurar repasses da secretaria de saúde do Estado do Rio Grande do Sul;

Comparação entre o resultado financeiro projetado no segundo quadrimestre e o resultado executado

O Poder Executivo acompanhou durante o ano a sua situação financeira realizando projeções periódicas. Neste sentido, apresenta-se uma comparação entre a projeção da situação financeira apresentada oficialmente no segundo quadrimestre em relatório com os resultados alcançados nas principais fontes de recurso.

COMPARAÇÃO PROJEÇÕES 2º QUADRIMESTRE COM RESULTADO			
Descrição	Projeção (2º quadrimestre) 2017	Execução encerramento 2017	Diferença (executado - projetado)
RECURSOS PRÓPRIOS			
Déficit financeiro 2016	-4.346.872,19	-4.209.740,38	137.131,81
Receitas Próprias	63.808.003,09	63.969.306,23	161.303,14
Receitas 1254		39.431,13	
Despesas Prefeitura	-61.440.734,20	-58.851.971,48	2.588.762,72
Duodécimo Câmara Vereadores	-5.600.000,00	-4.653.298,89	946.701,11
(-) Devolução Duodécimo	276.418,77		-276.418,77
Saldo	-7.303.184,53	-3.706.273,39	3.596.911,14
MDE			
Superávit Financeiro	21.762,93	21.762,93	0,00
Receitas Próprias	16.727.060,89	16.754.286,90	27.226,01
Despesas Prefeitura	-11.572.157,22	-14.266.255,56	-2.694.098,34
Saldo	5.176.666,60	2.509.794,27	-2.666.872,33
ASPS			
Superávit Financeiro	148.346,90	6.689,40	-141.657,50
Receitas Próprias	23.475.809,75	23.448.662,90	-27.146,85
Despesas Prefeitura	-23.432.911,98	-23.478.557,89	-45.645,91
Saldo	191.244,67	-23.205,59	-214.450,26
(-) déficit financeiro projetado Fundeb a abater despesas recurso MDE	-1.637.557,67		
(+) ingressos a ocorrer de alienações a abater das despesas com recurso próprio	398.311,88		
SITUAÇÃO FINANCEIRA	-3.174.519,05	-1.219.684,71	1.954.834,34
Nota 1: No duodécimo executado considerou-se o duodécimo ano menos o valor repassado antecipado no ano anterior menos o valor devolvido ao Poder Executivo)			
Nota 2: Identificou-se uma diferença entre a situação financeira deficitária apurada a partir dos saldos financeiros em disponibilidade menos restos a pagar antes dos ajustes e a situação financeira apurada gerencialmente a partir deste comparativo de R\$ 4.158,06 a menos neste comparativo diferença considerada não relevante.			

Quadro 17 – Comparação resultado financeiro reprojeto 2º quadrimestre com resultado alcançado

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações dos relatórios contábeis e projeções

Tendo em vista o que foi mencionado sobre a situação financeira, em conclusão a Prefeitura encerrou o exercício com insuficiência financeira em recursos próprios na ordem de R\$ 1,2 milhões e após os ajustes realizados este valor passou para R\$ 574.391,67. Ao mesmo tempo, é importante que esta insuficiência financeira seja analisada no contexto de um país em crise econômica e financeira com reflexos diretos nas receitas e despesas dos órgãos públicos. Além disso, foram feitos vários esforços, sobretudo na busca de arrecadação, bem como destacamos que na execução das receitas e despesas do exercício de 2017 o equilíbrio foi atingido conforme demonstrado no quadro 14.

3 LIMITES LEGAIS

Além de administrar visando ao cumprimento das metas fiscais e alcance do equilíbrio fiscal, a administração pública deve atender a limites constitucionais e legais no que tange a gastos com pessoal, saúde, educação e endividamento público, os quais constam no quadro a seguir.

RESUMO LIMITES LEGAIS				
Descrição	Valores em 31/12/2017	2016	2017	Limite Legal
Receita Corrente líquida - 12 MESES				
TCE	166.964.957,48			
STN	171.357.585,66			
Gastos com Pessoal Executivo				
TCE	68.746.281,57	42,50%	41,17%	
STN	84.728.997,12	52,06%	49,45%	54% RCL
Gastos com Pessoal Legislativo				
TCE	3.645.224,69	2,22%	2,18%	6% RCL
STN	3.830.777,35	2,32%	2,24%	
Gastos com Educação - MDE				
TCE	29.745.992,01	28,95%	26,76%	25% impostos e transferências
STN	29.931.685,01	28,79%	26,92%	
Gastos com Profissionais - Educação				
TCE e STN	17.997.238,68	82,21%	77,08%	60% Fundeb
Gastos com Saúde - ASPS				
TCE	23.250.139,88	22,24%	20,91%	15% impostos e transferências
STN	23.471.868,49	22,11%	21,11%	
Dívida Consolidada Líquida - TCE	24.389.589,65	11%	14,61%	1,2 vezes RCL
Operações de Crédito - STN	8.419.989,19	3,17%	4,91%	16% RCL
Amortização Operações de Crédito - STN	2.768.766,49	3,19%	1,62%	11,5% RCL

* a significativa diferença no percentual de gastos com pessoal apurado pelo TCE e pela STN deve-se ao fato que a STN não exclui do cálculo as despesas com o custeio da alíquota especial do fundo de previdência social, do plano de saúde dos servidores e do imposto de renda retido na fonte dos servidores.

Quadro 19 – Limites Legais e Constitucionais

Fonte: elaborado pelo autor com base na execução orçamentária e suas tendências

Pode-se verificar no encerramento do exercício a adequação do Município aos limites constitucionais e legais tanto pela metodologia de cálculo utilizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) quanto pela metodologia utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório apresentou por objetivo demonstrar e avaliar as metas fiscais referentes receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida, apresentar e analisar a situação orçamentária e financeira no encerramento do exercício, bem como evidenciar os principais limites legais e constitucionais alcançados.

Conclui-se que a meta de arrecadação foi atingida devido ao grande esforço de arrecadação das receitas tributárias próprias, ressaltando os trabalhos realizados pela Secretaria da Fazenda no que refere-se a políticas de cobrança e fiscalização tais como otimização do processo de licenciamento das empresas, notificações a contribuintes, envio de dívidas para protestos, campanha de incentivo ao bom pagador através da lei 5.975 de 27 de julho de 2017. Sendo que o pequeno percentual não arrecadado de 2,75% foi resultado da não confirmação das receitas de capital de empréstimos e transferências da união

Com os esforços realizados pelo Executivo foi possível cumprir a meta prevista para as despesas, confirmando a execução do orçamento 2017 com a redução do déficit orçamentário previsto de R\$ 13.870.000,00, sendo que no recurso próprio foram empenhados R\$ 11,7 milhões a menor do previsto e no recurso MDE foram empenhados R\$ 1,2 milhões a menor, o restante do déficit orçamentário foi coberto com o desempenho favorável da receita.

A meta do montante da dívida ficou dentro do projetado, bem como as metas de resultado primário e resultado nominal ficaram dentro do estabelecido.

A situação orçamentária mostrou comportamento deficitário na fonte de recurso próprio e refletiu-se diretamente em insuficiência financeira no recurso próprios a qual, após ajustes realizados somou R\$ 574.391,67.

O relatório evidenciou os esforços realizados pela administração na busca do equilíbrio financeiro, os quais não alcançaram o objetivo proposto parte pela questão conjuntural de crise econômica e financeira pela qual o país vem passando.

Quanto aos limites legais, os gastos com pessoal, educação, saúde e endividamento público fecharam o ano dentro dos limites constitucionais e legais.

Em conclusão, pode-se dizer que 2017 foi um ano de superação, em que foi possível enfrentar a crise econômica e financeira iniciada em 2015, reduzindo o déficit inicial, previsto na lei orçamentária de 2017, com mais de R\$ 13 milhões e recuperando mais de R\$ 3 milhões do resultado negativo, restos a pagar sem cobertura financeira, deixado no final do exercício de 2016.

Venâncio Aires, em 29 de janeiro de 2018.

Janice R S Antoni

Coordenadora de Controle Interno